

MEMÓRIAS E CONTRA-MEMÓRIAS DO IMPÉRIO E DO COLONIALISMO NO ESPAÇO PÚBLICO DE LISBOA

MEMORIES AND COUNTER-MEMORIES OF EMPIRE AND COLONIALISM IN THE PUBLIC SPACE OF LISBON

Elsa PERALTA*

Universidade de Lisboa (UL)

RESUMO: Focando-se no caso de Lisboa, este artigo aborda a forma como a experiência do imperialismo moderno deixou fortes marcas sociais e materiais no espaço urbano das antigas capitais dos centros imperiais europeus. Apesar do fim formal do colonialismo, estas marcas continuam ativas, e permanentemente ativadas, em tempos pós-coloniais, mantendo-se geralmente um sentido apologético relativamente à experiência imperial europeia e adaptando-o às novas exigências das cidades globais do mundo contemporâneo. Neste processo, as “heranças difíceis” do colonialismo, a escravatura, o trabalho forçado, a violência racial e de género, são relegadas ao esquecimento. Contudo, em tempos recentes, tem-se verificado um questionamento de fundo sobre os legados da experiência colonial, dinamizando-se o debate e a intervenção no espaço público através da ação do movimento anti-racista global e também através de várias ações de memorialização dos legados problemáticos do colonialismo. O objetivo deste artigo é abordar esta dinâmica no espaço público da cidade de Lisboa e está dividido em duas partes: numa primeira é analisado o processo de impressão ao longo do tempo de uma memória do império no espaço da cidade de Lisboa; numa segunda parte, são analisadas as ações de memorialização contra-hegemónicas que se afirmam no campo

* Doutorada em Antropologia pela Universidade de Lisboa (UL) e é atualmente Investigadora Principal no Centro de Estudos Comparativos (CEC) da mesma universidade, onde coordena a Linha de Investigação “Legados do Império e Colonialismo em Perspectiva Comparada”. É também Investigadora Associada do Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL). O seu trabalho é interdisciplinar e centra-se na intersecção entre os modos privado e público de recordação de eventos passados, em particular do passado colonial. O seu trabalho inclui vários artigos, capítulos e livros e foi também curadora da exposição Retornar Traços de Memória, produzida pela Câmara Municipal de Lisboa em 2015. Email: elsa.peralta@campus.ul.pt

institucional e no das formas culturais alternativas, muitas vezes pela mão daqueles que são eles próprios objeto das estratégias representacionais das políticas e das instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Impérios Coloniais; Europeus; Memória; Contra-memória; Lisboa.

ABSTRACT: Focusing on the case of Lisbon, this article discusses how the experience of modern imperialism left strong social and material marks in the urban space of the former capitals of the European imperial centers. Despite the formal end of colonialism, these marks remain active, and permanently activated, in postcolonial times, generally maintaining an apologetic sense in relation to the European imperial experience and adapting it to the new demands of the global cities of the contemporary world. In this process, the “difficult heritages” of colonialism, slavery, forced labor, racial and gender violence, are left behind. However, in recent times, there has been a deep questioning about the legacies of the colonial experience, stimulating debate and intervention in the public space through the action of the global anti-racist movement and also through various actions of memorializing the problematic legacies of colonialism. The purpose of this article is to address this dynamic in the public space of the city of Lisbon and is divided into two parts: in the first, the process of imprinting a memory of the empire in the space of the city of Lisbon is analyzed; in a second part, the counter-hegemonic memorialization actions that assert themselves in the institutional field and in that of alternative cultural forms are analyzed, often through the initiative of those who are themselves the object of the representational strategies of policies and institutions.

KEYWORDS: European colonial empires; memory; counter-memory; Lisbon

INTRODUÇÃO

Como nos tem dado em evidência a ampla literatura sobre o tema, as heranças do passado são componentes centrais na construção das identidades coletivas, sejam estas de âmbito nacional, local, ou outras, fornecendo narrativas expressivas ao serviço de uma determinada comunidade assim imaginada de acordo com uma origem e um destino comuns (Renan 1882 apud Hutchinson e Smith 1994). Seguindo o padrão consolidado pelos processos modernos de construção das nações do século XIX (Anderson 1983; Hobsbawm e Ranger 1983), este princípio base da vida em comum é construído e reproduzido

publicamente através da celebração da história colectiva, dos seus feitos, triunfos, glórias e heróis, e legitimado através da sua materialização e publicitação através de museus, monumentos, estatuária e outras formas de cultura pública (Handler e Gable 1997; Macdonald 2013).

Mas o século XIX não foi apenas a era dos Estados-nação; foi também a era dos impérios e do nacionalismo, chamando-se a atenção para a importância do projeto imperial no seio dos processos de construção das nações modernas (Cooper 2005; Berger e Miller 2015). Em toda uma série de áreas, o nacional está intimamente enredado com o imperial: nas ligações económicas e nos sistemas de comunicação, nas instituições, nas migrações e deslocamentos de populações, nos vários aspetos da gestão do espaço, incluindo as geografias imaginadas dos territórios nacionais (Domingos e Peralta 2013), nos conceitos sobre o “Outro” e nas noções de cidadania que se estendem até ao período pós-colonial. Sendo parte integrante da construção dos Estados-nação europeus, os projetos imperiais serviram também como fontes incontestáveis de orgulho nacional para os países colonizadores, assim imaginados através das suas extensões imperiais.

Com efeito, toda a experiência do imperialismo moderno moldou profundamente as identidades nacionais europeias de maneiras que continuam a ser importantes nos tempos pós-imperiais. Este também é o caso de Portugal: sendo o primeiro e o mais duradouro império colonial europeu, o seu fim não apagou a autoimagem do país como nação imperial. Embora remodelada em termos de estilo e conteúdo, as principais representações públicas da identidade coletiva da nação permanecem ancoradas na memória do império. Esta memória oficial combina uma forte ênfase no período das “Descobertas Marítimas” com a representação de Portugal como pioneiro do diálogo cultural à escala global e dos portugueses como “inventores” do mundo moderno. Em Lisboa, tal como acontece em outras antigas metrópoles imperiais, como Londres ou Paris (Gilbert e Driver 1999; 2000; Peralta 2017), a forte a impressão social e material do colonialismo no espaço urbano vai muito além do fim formal do colonialismo. As *ciudades globais* do mundo contemporâneo são herdeiras de arranjos espaciais e de morfologias sociais institucionalizadas pelo colonialismo moderno (King 1990; Jacobs 1996; Eade 2001).

Contudo, a história dos impérios é também uma história de exploração do homem pelo homem, de violência racial e de gênero, de massacres e de deslocamentos populacionais, de escravatura, de guerra. Os impérios pressupuseram o uso da violência como estratégia de poder sobre territórios e populações, estabeleceram estruturas e instituições de escravização econômica e de exploração de recursos naturais, destruíram sistemas de crenças, línguas e economias locais e instituíram o racismo e o sexismo bem como ideias de eurocentrismo e de superioridade racial, de classe e cultural. A ideia da “nação imperial” é, portanto, uma ideia exclusivamente referente ao projeto de construção da nação que foi concebido e implementado no centro imperial, nunca incluindo os sujeitos do império dentro da nação.

Estes legados do colonialismo, não se enquadrando nas narrativas épicas de conquista, heroísmo e expansão que traçam o devir das nações imperiais, são atirados para debaixo do tapete da grande história nacional-imperial, empurrados para as caves poeirentas dos museus ou omitidos dos livros de história, na tentativa de expurgar as suas embaraçosas conotações com a violência colonial. Assim sendo, pouca atenção foi prestada às consequências nefastas do império, inclusivamente para as próprias nações europeias, e, como consequência, a violência do passado colonial europeu ainda é pouco reconhecida. São “heranças difíceis” como as designou Sharon Macdonald (Macdonald 2009), “heranças dissonantes”, na terminologia de Tunbridge e Ashworth (1996), de guerras e massacres, de histórias de abuso, exploração e jugo. Estas heranças são tanto mais problemáticas quanto maior for a sua capacidade de desestabilizar ou desestruturar narrativas estabelecidas e indisputadas sobre a identidade coletiva, trazendo à superfície as suas ambiguidades, os seus pontos cegos e os seus buracos negros. Tal acontece de forma particularmente expressiva com os legados do império e do colonialismo, cujas consequências nefastas não se enquadram no sentido geral apologético que o senso-comum da história europeia lhe atribui.

Apenas recentemente, e seguindo a tendência verificada a partir dos anos 1990 de reconhecimento público e musealização de legados problemáticos (Williams 2007), é que as antigas nações coloniais europeias têm vindo a abordar as heranças difíceis dos respectivos colonialismos no espaço público. A instauração da “era do Holocausto” como forma memorial paradigmática do século XX, junto com impacto da teoria pós-colonial e feminista

produzida nos últimos 50 anos, têm contribuído para uma progressiva abertura de um campo crítico relativo à forma representacional dominante da experiência colonial europeia, assim contribuindo para o reconhecimento público dos males do colonialismo. Na Bélgica, por exemplo, o Royal Museum of Central Africa tem concebido exposições que abordam os horrores da história colonial do país. Enquanto na Holanda, na França, e na Grã-Bretanha, vários museus têm patenteado exposições sobre o tema da escravidão e do tráfico negreiro. No momento atual, o movimento global antirracista, do qual o Black Lives Matter é o expoente máximo, têm vindo a forçar um questionamento de fundo sobre os legados da experiência colonial, dinamizando o debate e a ação no espaço público. O objetivo deste artigo é abordar esta dinâmica no espaço público da cidade de Lisboa e está dividido em duas partes: numa primeira é analisado o processo de impressão ao longo do tempo de uma memória do império no espaço da cidade de Lisboa; numa segunda parte, são analisadas as ações de memorialização contra-hegemónicas que se afirmam no campo institucional e no das formas culturais alternativas, muitas vezes pela mão daqueles que são eles próprios objeto das estratégias representacionais das políticas e das instituições.

1 Lisboa e a memória do império

Enquanto “complexo de memória” (Macdonald 2013; Peralta 2013), Lisboa concentra no seu espaço físico um conjunto de elementos simbólicos e materiais que remetem para uma representação da cidade enquanto detentora de uma particular historicidade associada à expansão marítima e ao império português. Esta historicidade está impressa na materialidade da paisagem construída da cidade, na sua organização espacial, nos maneirismos exóticos da sua arquitetura, na linguagem afetiva do seu enquadramento natural, na sua ornamentação vegetal através de espécies tropicais, na presença quotidiana de populações oriundas (ou descendentes delas) das antigas colónias, na representação fornecida por museus e por monumentos. Por vezes de forma explícita e por outras de forma latente, através de formas mnemónicas inertes e/ou não declaradas, a memória do império colonial português estrutura a imaginação da cidade de Lisboa enquanto antiga capital do império agora concebida como cidade global pós-colonial. Uma imaginação que, tem a sua própria

genealogia e constantemente se reinventa ao longo do tempo, sofrendo alterações à medida que as exigências representacionais de cada momento assim o determinam, mas mantendo relativamente intactos os mesmos mitos e ficções da nação imperial, num “complexo de memória” que, embora maleável, se revela profundamente resistente à crítica da história.

Este complexo de memória estrutura-se com mais vigor a partir do último quartel do século XIX e durante os últimos anos da monarquia portuguesa. Em 1985, Portugal apresentara à Conferência de Berlim¹—na qual se organizou a partição e divisão territorial da África entre as potências europeias—o projeto do famoso Mapa Cor-de-Rosa. Este projeto consistia na reclamação da soberania portuguesa e na ocupação efetiva de todo o território entre Angola a Moçambique, assegurando a comunicação terrestre entre as duas colónias, e facilitando assim o comércio e o transporte de mercadorias. As ambições portuguesas foram, porém, goradas pelo tradicional aliado—a Grã-Bretanha—que, em 1890, comina o Governo de Lisboa a recuar nesta ambição sob ameaça de corte de relações diplomáticas e de eventuais represálias militares. Face ao *Ultimatum* britânico o Governo de Lisboa recua, e imediatamente se generaliza a ideia de que a Grã-Bretanha tinha traído Portugal, espoliando-o do imenso território africano que lhe pertencia por direito histórico. Na verdade, nessa altura Portugal detinha em África apenas pequenos enclaves e a partilha de África acabou por atribuir ao domínio português áreas bem mais extensas do que aquelas que o país detinha efetivamente. No entanto, no plano simbólico o *Ultimatum* britânico despoletaria uma autêntica “paixão” nacionalista e imperial no coração da nação, alimentada por uma retórica de decadência, humilhação e vitimização que, juntamente com a crise económica que se fazia sentir, conduziria a um ambiente de forte agitação política. Neste ambiente, a legitimidade da monarquia era cada vez mais posta em causa pelos republicanos, cujas ambições políticas são sustentadas na construção de uma ideologia ultramaritimista, que contaminaria a memória coletiva nacional até aos dias de hoje.

¹ A Conferência de Berlim, também conhecida como conferência da África Ocidental ou Conferência do Congo, realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885. Tinha em vista a partição e divisão territorial de África pelas potências europeias. Organizada pelo Chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck, o evento contou com a participação de países europeus (Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia e Suécia) mas também do Império Otomano e dos Estados Unidos.

No âmbito da política colonial, a urgência de preservar a “herança sagrada dos Descobrimentos” resulta na organização de campanhas militares para a ocupação efetiva dos territórios africanos, bem como a organização de expedições geográficas para explorar o interior africano, em resposta ao movimento geral de pesquisa do continente realizado pelas outras potências europeias. Os novos conquistadores e exploradores—Silva Porto, Roberto Ivens, Brito Capelo, Serpa Pinto e, sobretudo, Mouzinho de Albuquerque—são convertidos em heróis nacionais e reconhecidos como os refundadores dos “Descobrimentos”. Neste cenário de exaltação patriótica, os discursos destinados a difundir uma ideologia nacional-imperialista multiplicam-se. Podem ser observados na consagração de monumentos emblemáticos e espaços ligados à era das “Descobertas”, na edificação de estátuas, na toponímia—com novas ruas batizadas com os nomes dos novos conquistadores e exploradores como Silva Porto, Roberto Ivens, Brito Capelo, Serpa Pinto, António Maria Cardoso, Vítor Cordon, Paiva de Andrade, Alves Roçadas, Paiva Couveiro—na organização de comemorações e em outros momentos icónicos de socialização, sobretudo em Lisboa, mas um pouco por todo o país.

Em outubro de 1910, a monarquia constitucional é deposta em Lisboa, após anos de mobilização republicana e de insurreições falhadas. Tendo por base a questão imperial, as elites republicanas realizam então uma decisiva “nacionalização de massas”, que se concretizou na criação de símbolos nacionais e respectiva disseminação por via dos aparelhos de socialização escolares. É criada uma nova liturgia civil, uma nova bandeira nacional, cujo símbolo central é a esfera armilar manuelina, e um novo hino, francamente de pendor nacionalista e imperial (Pinto 2000: 4). O breve período republicano é, porém, caracterizado por uma forte instabilidade política e por uma grave crise financeira, o que muito contribuiu para a crescente situação de vulnerabilidade das possessões africanas face ao também crescente poderio das demais potências imperiais. Surgem de novo inquietações quanto ao futuro das colónias, o que, juntamente com a permanente crise política e financeira que assolava o país, contribuiu decisivamente para a queda da I República e consequente instauração da Ditadura Militar em 1926. No início da década de 1930 António de Oliveira

Salazar² entra para o Governo da Ditadura como Ministro das Finanças, atribuição que acumula por um breve período com a de Ministro Interino das Colónias, definindo uma política imperial que se traduz, por um lado, numa forte centralização administrativa e num rigoroso equilíbrio orçamental, e, por outro, numa exaltação eufórica da feição imperial da nação portuguesa. No plano da socialização das massas, o Estado Novo não deixou também de criar todo um aparato cultural relacionado com o ideário do nacionalismo imperial. A “Exposição do Mundo Português” realizada em Lisboa entre junho e dezembro de 1940 será porventura o exemplo mais contundente desta propaganda nacional-imperialista do regime.³

Tendo levado dois anos a construir, a “Exposição do Mundo Português” pressupôs um profundo rearranjo do espaço monumental e urbano da zona de Belém, deixando marcas duradouras na paisagem urbana de Lisboa. O Mosteiro dos Jerónimos, já então legitimado como símbolo nacional, é o elemento central em torno do qual o espaço da exposição se concebe, sublimando-se a feição monumental desta zona da cidade, simbolicamente alusiva à temática dos “Descobrimentos” e à “idade de ouro” da história portuguesa. Também no plano da toponímia que a ação do regime foi vigorosa no sentido de inscrever espacialmente uma memória abrangente o império. Mesmo com maior ênfase do que no período anterior, durante o Estado Novo as marcas do império foram incorporadas nas “geografias imaginativas” da cidade, numa celebração perene dos feitos e dos heróis imperiais da história nacional. Em 1948, são batizadas, em Belém, as Praças de Damão, Diu e Goa, assim como mais vários outros topónimos ligados à Expansão Portuguesa: a Avenida da Índia e a Avenida Dom Vasco da Gama, Praça Dom Manuel I, a Rua São Francisco Xavier, a Rua Fernão Mendes Pinto, a Rua Damião de Góis, entre outros. Quanto à prática de inscrição de

² Líder indiscutível do regime do Estado Novo português, António de Oliveira Salazar, professor catedrático da universidade de Coimbra, entra para o Governo da Ditadura Militar que antecedeu o Estado Novo em 1928 como Ministro das Finanças, propondo-se a sanar a grave crise das finanças públicas nacionais. É também na qualidade de especialista em finanças públicas que aceita ocupar-se da grave situação financeira das colónias, acumulando as funções de Ministro das Finanças com as de Ministro interino das Colónias, acabando por redefinir toda a política colonial nacional. Foi um ultraconservador, crítico do clima de laicização e modernização que caracterizava a 1.^a República.

³ Outros exemplos são o Congresso Nacional Colonial (1930), o Congresso Nacional Imperial (1933), a Exposição Colonial do Porto (1934), a Celebração da Revolução Nacional de 1926 (1936), a Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português (1936) e o Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo (1937).

topónimos geográficos do império, esta inicia-se logo em 1933, quando se atribuem os nomes de localidades do império aos arruamentos do denominado Bairro das Colónias, então recentemente construído no centro da cidade de Lisboa, surgindo as ruas de Angola, Cabo Verde, da Ilha do Príncipe, da Ilha de São Tomé, de Macau, de Moçambique, de Timor, do Zaire e de Angola⁴. Estes são alguns exemplos de inscrições toponímicas alusivas às geografias do império realizados durante o Estado Novo e que se perpetuam, até hoje, na paisagem memorial da cidade de Lisboa.

Após 13 anos de guerras coloniais travadas contra os movimentos independentistas africanos, iniciadas em 1961 em Angola, e tendo-se estendido à Guiné-Bissau (1963) e a Moçambique (1964), o movimento revolucionário liderado pelos “capitães de Abril” derrubou o regime. No período imediato após o 25 de Abril de 1974, a temática do passado imperial português é deslegitimada e vários equipamentos culturais criados pelo Estado Novo com conotações com a sua política colonial são praticamente votados ao abandono, como foi o caso do Padrão dos Descobrimentos. Contudo, à medida que a jovem democracia portuguesa se consolida e o país se encaminha para a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), o que se daria em 1986, a memória do passado imperial português é renarrativizada e reabilitada de modo a enquadrar-se no espaço identitário europeu e no novo contexto político e cultural das democracias liberais. Nesta reformulação, uma ênfase quase exclusiva na memória histórica associada ao que se convencionou chamar de “Descobrimentos marítimos” portugueses—correspondentes às viagens de exploração marítima iniciadas no século XV e à “idade de ouro” da história nacional—é aliada à imagem de um país moderno e cosmopolita, que é retratado como pioneiro do diálogo cultural à escala global e os portugueses como “descobridores” do mundo moderno.

Esta reabilitação teve início em 1983 com a classificação pela UNESCO do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém como Património Mundial. A UNESCO justifica esta classificação pelo facto de estes monumentos servirem como “lembrança das grandes

⁴ Com o 25 de Abril de 1974 e conseqüente descolonização portuguesa, o Bairro é rebatizado para Bairro das Novas Nações, embora coloquialmente nunca tenha deixado de ser designado Bairro das Colónias.

descobertas marítimas que lançaram as bases do mundo moderno”⁵ e “um símbolo da especificidade do país que passa por um diálogo privilegiado com outras culturas e civilizações”⁶. Em 1986, foi criada a Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Oliveira 2003), cuja atividade se prolongou até 2002, representando um enorme esforço do Estado para restaurar a legitimidade historiográfica do período de expansão marítima portuguesa. Esta tarefa culminaria na comemoração dos 500 anos dos “Descobrimentos” e na realização, em Lisboa, da Exposição Mundial de 1998, sobre o tema dos *Oceanos*, com uma forte alusão ao passado marítimo e imperial de Portugal. Mas a Expo’98 compreendeu não apenas a montagem de uma Exposição, mas também a construção de uma nova cidade na zona oriental da cidade de Lisboa. Tal como na Exposição do Mundo Português de 1940, este evento reconfiguraria toda a geografia da cidade de Lisboa com teatros, pontes, escolas e ruas, batizados com nomes tirados do tema dos Descobrimentos. E, uma vez que a Exposição encerrou, o local recebeu o nome de Parque das Nações.

A partir de então, o passado imperial português ganha valor de troca no mercado de consumo cultural e turístico. A imagem de Portugal como “país dos Descobrimentos” e pioneiro do contato cultural à escala global tem sido amplamente utilizada por sucessivos governos democráticos e diversos organismos públicos em diversas ações de *branding* de Portugal, tanto para o público interno como para o externo. Nos palcos da memória patrocinados pelas instâncias oficiais, na escola, em exposições, em ocasiões de Estado ou na esfera mediática, em concursos televisivos, na música, e por vezes na literatura, o império mantém-se indisputável fonte de orgulho coletivo, concebendo a identidade nacional portuguesa à luz de um quadro idílico de trocas interculturais e de diálogos civilizacionais estabelecidos por via das extensões imperiais da nação (Peralta 2013). Salvo em raras exceções, as mais das vezes originárias do campo artístico⁷, a memória pública associada ao império colonial português é francamente celebratória e apologética na forma como esta é formalizada no espaço público de Lisboa através do património e dos museus os quais, as

⁵ <http://whc.unesco.org/en/list/263>. Consultado em 4 de junho de 2012.

⁶ http://www.torrebelem.pt/pt/index.php?s=white&pid=168&i_identificador= Consultado em 4 de junho de 2012.

⁷ Como os casos dos trabalhos dos artistas plásticos Vasco Araújo e Ângela Ferreira.

mais das vezes, são apresentados ao público sem contextualização, desta forma omitindo o sistema assimétrico de poder e violência que caracterizou o colonialismo português.

2 Contra-memórias emergentes no espaço público de Lisboa

Nas formulações da memória oficial continua, assim, bem viva uma imaginação imperial associada aos “Descobrimentos” marítimos, agora capitalizada ao serviço da definição de uma “imagem de marca” de Portugal e, particularmente, de Lisboa. Dos discursos políticos, às agendas das instituições culturais até às banais aceções do senso-comum, Portugal continua a imaginar-se enquanto império—se não um império de facto, um império enquanto imagem (Lourenço 1978: 43)—imaginação essa na qual a escravatura, o trabalho forçado, a violência racial e de género, a guerra continuam sem lugar de inscrição. A invisibilidade dos legados negativos do colonialismo português no espaço público, mormente da participação contínua de Portugal no tráfico negreiro ao longo de quase toda a sua história imperial, denota não apenas a ausência de uma consciência histórica relativamente às consequências nefastas do colonialismo para as populações colonizadas, mas também um alheamento quanto às suas consequências para as próprias populações da metrópole colonizadora. Com efeito, até muito recentemente tem sido notória a desatenção aos aspetos mais problemáticos da história do império para a própria metrópole colonizadora, nomeadamente os associados ao seu fim, como as guerras coloniais e o súbito repatriamento de centenas de milhares de colonos quando as colónias portuguesas em África se tornam independentes. Como consequência, as tensões e ambivalências que caracterizam a relação entre a população branca portuguesa e as populações oriundas das ex-colónias portuguesas e seus descendentes são muitas vezes percebidas no quadro do modelo assimilacionista herdado do passado colonial, que veicula a ideia de um hibridismo cultural que caracteriza a convivência pacífica com a diferença racial e cultural. No entanto, estes mitos assimilacionistas contrastam com as situações de premente marginalidade social que muitas vezes afligem os descendentes de migrantes das ex-colónias e os bairros onde vivem, na periferia de Lisboa.

Mas, tal como acontece em outras capitais europeias que antes foram centros de poder imperial, também em Lisboa se têm começado a questionar os mitos em que assenta o edifício simbólico nacional. Depois de décadas de silêncio, as “feridas” do colonialismo português, sobretudo a escravatura, as guerras coloniais e o repatriamento de nacionais dos territórios coloniais, começam a ganhar um espaço representacional contra-hegemónico sobre a história imperial portuguesa, com várias formas de expressão no espaço público nacional e também da cidade de Lisboa. Este campo crítico tem vindo a ser protagonizado por académicos, ativistas e jornalistas e tem dado origem a um conjunto de iniciativas de sentido inverso que abrem um espaço representacional mais problematizante sobre o tema. Uma das primeiras iniciativas foi a Exposição *Retornar – Traços de Memória*, por mim concebida e coordenada, sobre o tema do “retorno” de nacionais à metrópole devido às descolonizações europeias, que teve lugar em 2015 (ver Peralta, Góis e Oliveira 2017).

Mas seria no ano de 2017 que as reivindicações por uma representação mais problemática do passado colonial de Portugal atingiriam proporções sem precedentes. Nesse ano, o Ciclo de Exposições “Testemunhos da Escravatura. Memória Africana”⁸ foi organizado no âmbito do evento Lisboa 2017 Capital Ibero-americana da Cultura. Este evento contou ainda com a realização da Exposição “Racismo e Cidadania”,⁹ realizada no Padrão aos Descobrimentos. Ao mesmo tempo, foram criadas várias associações de afrodescendentes com atividade no domínio da memória, como é o caso da Associação Djass que, em 2017, apresentou ao Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa a proposta de criação de um Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas em Lisboa.¹⁰

Também em 2017, surgem várias controvérsias devido a leituras divergentes sobre os legados do passado imperial de Portugal. Uma dessas controvérsias foi desencadeada pela visita de estado do Presidente da República Portuguesa Marcelo Rebelo de Sousa ao Senegal em abril de 2017. Especificamente, no final de uma visita a um antigo posto de tráfico de

⁸ <http://lisboacapitaliberoamericana.pt/pt/programacao/testemunhos-da-escravatura>. Consultado em 01 de Agosto de 2017.

⁹ <http://www.padraodosdescobrimentos.pt/pt/evento/racismo-e-cidadania/> Consultado em 01 de agosto de 2017.

¹⁰ <https://www.facebook.com/associacao.djass/posts/1759579381004239> Consultado em 1 de dezembro, 2017.

escravos na ilha de Gorée, local onde o Papa João Paulo II tinha pedido desculpa pela escravatura, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que Portugal reconheceu a injustiça da escravatura quando a aboliu em parte do seu território, “pela mão do Marquês de Pombal em 1761”. Em resposta a estas declarações, foi publicada uma carta aberta no jornal *Diário de Notícias* a 19 de abril de 2017, com o título “Um regresso ao passado em Gorée. Não em nosso nome”, assinada por inúmeros académicos e intelectuais, que assim repudiaram a “política da memória defendida pelos poderes políticos em Portugal” em relação ao legado do seu colonialismo.¹¹

Outra polémica surgiu naquele ano, neste caso associada à inauguração de uma estátua no Largo Trindade Coelho, em Lisboa, em homenagem ao Padre António Vieira—um ilustre clérigo jesuíta que nasceu na capital portuguesa em 1608 e morreu na Bahia, Brasil, em 1697. Na cerimónia de inauguração, Fernando Medina, o Presidente da Câmara de Lisboa, considerou-a uma homenagem imprescindível a “uma das maiores personalidades do pensamento português” até então sem “a devida expressão de reconhecimento” na cidade¹². A inauguração da estátua voltou a provocar protestos, em primeiro lugar porque António Vieira aceitou a escravatura, ainda que seletivamente, e em segundo lugar, pelo desenho escultórico escolhido para a estátua, que retrata o clérigo numa clara posição de domínio sobre os índios, representados na estátua como crianças. Foi convocada uma manifestação pelo grupo *Descolonizando*¹³ para protestar contra a estátua do Padre António Vieira. No entanto, a organização não conseguiu realizar a ação proposta, prevista para 5 de outubro de 2017, devido à presença de grupos de extrema direita no local.

Ainda em 2017, houve também uma reação acalorada a uma proposta incluída no programa eleitoral de Fernando Medina para a Câmara Municipal de Lisboa de criar um

¹¹ <https://www.dn.pt/portugal/um-regresso-ao-passado-em-goree-nao-em-nosso-nome-6228800.html>. Consultado em 13 de maio de 2017.

¹² <https://rr.sapo.pt/2017/06/23/religiao/padre-antonio-vieira-feita-justica-a-um-simbolo-que-deixou-um-legado-imenso/noticia/86965/>. Consultado em 13 de maio de 2017.

¹³ O grupo *Descolonizando* é um grupo de “pesquisadores, professores, artistas e ativistas de diferentes nacionalidades” que tem como objetivo “refletir, discutir e agir para promover a construção de uma narrativa crítica e a eliminação do racismo e da desigualdade”. <https://www.facebook.com/Descolonizando-1948301182079309/> Consultado em 15 de dezembro de 2017.

Museu dos Descobrimentos.¹⁴ Mais de 100 acadêmicos, historiadores e cientistas sociais de instituições nacionais e estrangeiras assinaram e publicaram uma carta aberta no jornal *Expresso* intitulada “Porque um museu dedicado à 'Expansão' portuguesa e aos processos que desencadeou não pode e não deve chamar-se ‘Museu das Descobertas’”. Segundo os signatários da carta, o termo “descobertas” “cristaliza uma inexatidão histórica”, visto que a palavra “descoberta” (...) apenas se refere à percepção da realidade do ponto de vista dos povos europeus”, enquanto “Para os não europeus, a ideia de que foram 'descobertos' é problemática.” Em conclusão, considera-se também que “Num momento em que se intensificam os debates sobre a história colonial portuguesa, (...) é importante que um novo museu seja também um reflexo desta riqueza problematizadora”.¹⁵

A partir de então, a polarização ideológica em Portugal começa a alimentar-se da questão da memória colonial. Ao mesmo tempo, a questão racial que afeta as comunidades africanas e afrodescendentes se torna uma questão urgente no debate político e social. Desde o início de 2019, estes assuntos têm vindo a ganhar cada vez mais atenção em Portugal. Em janeiro daquele ano, um violento assalto policial ocorrido num bairro negro muito pobre conhecido como Bairro da Jamaica, na Área Metropolitana de Lisboa, foi seguido por um protesto de algumas dezenas de jovens afrodescendentes, o que acabou levando à sua prisão. Em maio de 2019, oito polícias foram condenados e nove absolvidos num julgamento sobre violência contra negros em 2015 no bairro Cova da Moura, também na Área Metropolitana de Lisboa. À medida que esses eventos iam marcando o debate público, a luta social dos movimentos anti-racistas e afrodescendentes também fez sua entrada no Parlamento, em outubro de 2019, com a eleição de três mulheres negras como deputadas: Romualda Fernandes (Partido Socialista), Beatriz Gomes Dias (Bloco de Esquerda) e Joacine Katar Moreira (Livre). Um novo partido político também emergiu durante estas eleições: pela primeira vez desde 1974 e o fim da ditadura, um partido de extrema direita— o Chega—é representado por um deputado no Parlamento. Uma das medidas que este novo partido declarou querer implementar para “reconstruir Portugal” é “divulgar a história de Portugal e

¹⁴

http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Publicacoes/publicacoes-digitais/Presidencia/Programa_Governo_Lisboa_2017-2021.pdf. Consultado em 30 de outubro de 2019.

¹⁵ *Expresso*, 12 de abril de 2018.

o nosso contributo para a civilização, com destaque para a fundação do país e para os descobrimentos”.¹⁶

Tudo isto conduziu a um debate extremamente polarizado sobre as inclusões e exclusões dos Estados-nação pós-imperiais, que não se realiza apenas em Portugal. Resta saber aonde esse debate nos levará. Mas em Portugal o movimento negro e anti-racista continua a ganhar força, e no início de 2020 as maiores manifestações de sempre em Portugal envolvendo africanos e afro-descendentes encheram as ruas. A 6 de Junho de 2020, após o bloqueio da pandemia Covid-19, ocorreram grandes manifestações nas cidades portuguesas em solidariedade com os protestos *Black Lives Matter*. Este crescimento do movimento anti-racismo pela justiça, por mais representação pública dos afrodescendentes e por melhores condições de vida, é também um movimento de luta por uma memória mais justa, problemática e inclusiva dos antigos centros imperiais. E Lisboa é um dos palcos onde essa luta está a ter lugar.

NOTAS FINAIS

As iniciativas de contra-memória referidas, junto com outras realizadas ou em curso, foram inéditas no apelo a uma memória mais problemática e crítica da longa história imperial portuguesa que não se refira exclusivamente à “época de ouro” dos “Descobrimientos”. Assim, enquanto o passado imperial é ainda uma referência memorial à identidade nacional, todas estas instâncias de contra-memória têm contribuído para quebrar o “esquecimento dialógico” em relação ao passado imperial (Assmann, 2010), num momento em que um crescente debate sobre políticas de identidade também se tornou evidente na sociedade portuguesa.

Tal mostra que a memória, seja ela a do império ou de outra coisa qualquer, é sempre um campo aberto e passível de revisão, à medida que cada presente acrescenta possibilidades de futuro ao passado. Tanto a abertura quanto a revisão da memória dependem das circunstâncias de cada presente, dos anseios representacionais dos grupos envolvidos, das

¹⁶ <https://partidochega.pt/70-medidas-para-reerguer-portugal/>, 20 de maio de 2020.

estratégias, do poder e das possibilidades dos seus agentes promotores, e da sucessiva imaginação de futuros sobre as ruínas do passado. Importa, por isso, estarmos atentos a que ordem e que futuro se cria para as pessoas envolvidas, para a sociedade portuguesa como um todo, ou mesmo para a *episteme* pós-colonial, a partir das novas propostas de revisão do passado imperial e colonial português que agora se começam a desenhar no espaço público da cidade e do país.

Ainda é difícil prever como os mitos da nação portuguesa vão se adaptar a este novo cenário contestado. No atual cenário de crise global, antigos mitos e mentalidades imperiais parecem ter ganhado uma segunda vida, muitas vezes como testemunhos de uma versão nostálgica e conservadora do passado colonial. Mas também se abriu um espaço para um debate mais complexo sobre os legados de colonialismo, reconhecendo o quanto este ainda exerce influência nas culturas, nas relações sociais e na política dos estados pós-coloniais os quais foram, como disse Benoit De L'Estoile (2008), moldados objetiva e subjetivamente pela experiência colonial.

REFERÊNCIAS

- Anderson, Benedict (1983). *Imagined Communities*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Assmann Aleida (2010). “From Collective Violence to a Common Future: Four Models for Dealing with a Traumatic Past”. In *Conflict, Memory Transfers and the Reshaping of Europe*, ed. Helena Gonçalves da Silva et al. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 8–23.
- Berger, Stefan e Alexei Miller (2015). *Nationalizing Empires*. Budapeste e Nova Iorque: Central European University Press.
- Cooper, Frederick (2005). *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press.
- De L'Estoile, Benoit (2008). “The Past as It Lives Now: An Anthropology of Colonial Legacies”. *Social Anthropology* 16(3): 267–279.
- Domingos, Nuno e Elsa Peralta (eds.), (2013). *Cidade e Império: Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70.

Eade, John (2011). *Placing London: From Imperial Capital to Global City*. Oxford, Nova Iorque: Berghahn Books.

Gilbert, David e Felix Driver (eds.), (1999). *Imperial Cities*. Manchester: Manchester University Press.

Gilbert, David e Felix Driver (eds.), (2000). “Capital and Empire: Geographies of Imperial London”, *GeoJournal*, 51 (1/2): 23-32.

Handler, Richard e Eric Gable (1997). *The New History in an Old Museum: Creating the Past at Colonial Williamsburg*. Durham e Londres: Duke University Press.

Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (eds.), (1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jacobs, Jane M. (1996). *Edge of empire: postcolonialism and the city*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

King, Anthony (1990). *Global Cities: Post-Imperialism and the Internationalization of London*. Nova Iorque: Routledge.

Lourenço, Eduardo (1978). *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Macdonald, Sharon (2009). *Difficult Heritage. Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*. Routledge: Londres e Nova Iorque.

Macdonald, Sharon (2013). *Memorylands: Heritage and Identity in Europe Today*. Londres: Routledge.

Oliveira, António de (2003). “The Activities of the CNCDP: A Preliminary Assessment”. *e-JPH*, 1 (1): 1-12.

Peralta, Elsa (2013). “A composição de um complexo de memória imperial: O caso de Belém, Lisboa”. In *Cidade e Império: Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-coloniais* ed. Nuno Domingos e Elsa Peralta. Lisboa: Edições 70, pp. 361-407.

Peralta, Elsa (2017). *Lisboa e a Memória do Império: Património, Museus e Espaço Público*. Lisboa: Deriva/Le Monde Diplomatic.

Peralta, Elsa, Bruno Góis e Joana Oliveira (eds.) (2017), *Retornar: Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70.

Pinto, António Costa (2000), “Portugal contemporâneo: uma introdução”. In *Portugal Contemporâneo*, ed. António Costa Pinto. Madrid: ediciones sequitur, pp. 1-38.

Renan, Ernest [1882]. “Qu’est qu’une nation?”. In *Nationalism*, ed. John Hutchinson e Anthony D. Smith (1994). Oxford: Oxford University Press, pp. 17–29.

Tunbridge, John E. e Gregory John Ashworth (1996). *Dissonant Heritage: the Management of the Past as a Resource in Conflict*. Chichester: John Wiley and Sons.

Williams, Paul (2007). *Memorial Museums: The Global Rush to Commemorate Atrocities*. Oxford: Berg.